



ID: 111205907

20-05-2024

Inovação é mais do que uma palavra no nome de um ministério



Ricardo Paes Mamede

Os economistas não estão de acordo sobre quase nada, mas são unânimes em reconhecer que a inovação é um factor central para o crescimento

No actual Governo existe um Ministério da Educação, Ciência e Inovação. Educação e ciência toda a gente sabe mais ou menos o que é, inovação nem por isso.

Não é a primeira vez que a palavra inovação surge neste contexto. No curto Governo de Santana Lopes (2004-2005) existiu um Ministério da Ciência, Inovação e Ensino Superior, e nos tempos de José Sócrates (2005-2011), o Ministério da Economia teve também a inovação no nome. O destaque que é dado a esta área na orgânica dos governos, ou a falta dele, não suscita grandes paixões. Parece não ser mais do que uma questão semântica ou, na melhor das hipóteses, uma declaração de intenções.

É uma situação um pouco estranha. Os economistas não estão de acordo sobre quase nada, mas são unânimes em reconhecer que a inovação é um factor central para o crescimento e a transformação das economias e das sociedades. O conservador Joseph Schumpeter citava o revolucionário Karl Marx para explicar que a inovação é um factor indissociável do desenvolvimento do capitalismo – e que ela não acontece por acaso. A competição obriga as empresas a inovar em permanência. Motivadas pela obtenção do lucro ou pela mera sobrevivência, tentam identificar necessidades por preencher e adoptar soluções que deixem os clientes mais satisfeitos; procuram chegar aos diferentes mercados por diversas vias; fazem por reduzir os custos de produção, adoptando novas formas de organização e novos processos de trabalho. No sistema capitalista a empresa ocupa, assim, o lugar central da inovação.

Nesse processo incessante de competição, não são só as empresas que mudam. Com elas transformam-se indústrias inteiras, surgem novos padrões de consumo, altera-se a importância relativa das diferentes qualificações, profissões, sectores, regiões e países. Na distribuição da riqueza gerada no processo, uns ganham e outros perdem.



MARCO DUARTE

Surgem novos tipos e intensidades de conflito social. As instituições preexistentes transformam-se para lidar com estas tensões, ao mesmo tempo que influenciam o modo como a tecnologia evolui.

Embora estejam no centro do processo, as empresas não inovam sozinhas. Para fazer coisas diferentes e cada vez mais sofisticadas, é preciso combinar vários tipos de competências – científicas, técnicas, organizativas, financeiras, comerciais, jurídicas e de marketing – que nem as empresas mais avançadas e de maior dimensão dominam por completo. Por isso, as empresas têm de recorrer a colaborações formais e informais com entidades externas



Tendo de escolher entre um retorno certo mas moderado, e um retorno que pode ser elevado mas é muito incerto, a maioria das empresas escolhe o primeiro

para conseguirem aceder, desenvolver e combinar as competências e os recursos necessários à inovação.

Embora seja essencial para o seu crescimento e sobrevivência, nem sempre as empresas investem em inovação o que seria expectável. Diz-nos a teoria económica convencional que uma empresa fará um dado investimento desde que os retornos que dele obtém sejam superiores aos custos (e a investimentos alternativos ao seu dispor). Mas há razões para acreditar que, no caso da inovação, nem sempre é assim.

As empresas podem não ter sequer a capacidade de reconhecer as oportunidades para inovar. Mesmo que as reconheçam, podem não ter as competências necessárias, nem ter a capacidade de as obter fora de portas. Podem não dispor de recursos financeiros e não conseguir obtê-los junto de financiadores externos. Tendo os recursos, podem ter o receio de não conseguir alcançar os resultados desejados, preferindo fazer investimentos menos arriscados.

A incerteza é, na verdade, um aspecto central dos processos de inovação. Por definição, inovar é fazer algo que nunca foi feito. Quando se inicia um processo de inovação mais complexo não é certo que se obtenham soluções tecnicamente viáveis ou bem-sucedidas no mercado. Tendo de escolher entre um retorno certo mas moderado, e um retorno que pode ser elevado mas é muito incerto, a maioria das empresas escolhe o primeiro. Isto significa

que, em média, o resultado global dos seus investimentos será menos favorável do que poderia ser.

O facto de investirem menos em inovação do que seria desejável é um problema para as próprias empresas, mas não só. Para o conjunto da economia, menos inovação significa menos eficiência, menos qualidade, menos diversidade de produtos e menos satisfação de necessidades. Por outro lado, não é certo que toda a inovação resulte em benefícios para a sociedade como um todo – como acontece, por exemplo, quando novos produtos ou processos produtivos põem em causa a saúde pública ou o ambiente.

São estes vários aspectos da inovação – a sua natureza cumulativa, interactiva e sistémica, a incerteza que envolve todo o processo, os impactos que tem no conjunto da sociedade, os potenciais problemas que pode gerar – que justificam a intervenção do Estado neste domínio.

As políticas de inovação podem assumir várias formas: subsídios, incentivos fiscais e garantias públicas aos investidores privados; desenvolvimento de actividades de investigação científica e tecnológica em universidades, institutos politécnicos, laboratórios do Estado e empresas públicas; financiamento ou participação em fundos de capital de risco; apoio a centros tecnológicos especializados; promoção de redes colaborativas entre vários tipos de actores; apoio a incubadoras de novas empresas tecnológicas; divulgação de boas práticas e de casos exemplares; formação de competências transversais e especializadas; compras públicas orientadas para a inovação; realização de estudos de prospectiva tecnológica; regulação de produtos e processos inovadores; entre outros.

Para complicar um pouco mais, as políticas de inovação não podem ser iguais em todas as áreas. Diferentes sectores têm necessidades distintas. Nuns casos, a inovação depende mais da dinâmica das empresas instaladas, noutros de empreendedorismo emergente. Em alguns sectores a inovação depende dos avanços da investigação científica, noutros depende mais das capacidades técnicas das empresas ou da colaboração entre vários actores. Numas situações há abundância de competências, noutras é preciso apostar mais em educação avançada e em formação específica. Há casos em que os financiadores privados estão interessados em investir, noutros só o Estado está disponível para assumir o risco.

A política de inovação é, pois, muito mais do que uma palavra na designação de um Ministério. Na verdade, exige quase sempre a articulação estreita entre várias tutelas. Se alguma vez teremos em Portugal uma política de inovação que vá para além da semântica, é algo que ainda estamos para ver.

Economista e professor do Iscte